

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1898/2023-PGJ, DE 18.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Delegar atribuição ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes para atuar na sessão de julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul designada para o dia 19.4.2023.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1856/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto de Dois Irmãos do Buriti no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

**ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1857/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim no período de 24 a 27.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

**ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1858/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brillante no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

**ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1810/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 2 (dois) dias de compensação nos dias 27 e 28.7.2023, por sua atuação perante o Tribunal do Júri, em regime de mutirão, nos dias 13 e 21.11.2019, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1620/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, que seriam usufruídos no período de 3 a 22.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002751-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1859/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste no dia 14.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1860/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral no dia 14.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1813/2023-PGJ, DE 14.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 3 (três) dias de compensação nos dias 26.5, 5 e 12.6.2023, pelo exercício da atividade ministerial, em regime de mutirão, realizada nos dias 4.8, 1º e 16.9.2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1844/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 24 a 26.4.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1845/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1846/2023-PGJ, DE 17.4.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Dourados no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1604/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 23 (vinte e três) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safraidier, que seriam usufruídos no período de 13.3 a 4.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002486-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1847/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1848/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 9ª Zona Eleitoral no período de 24 a 28.4.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1849/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Coxim a partir de 2.5.2023, até ulterior deliberação, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1595/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque, que seriam usufruídos no período de 27.3 a 10.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002767-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1850/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Criminal nos dias 18 e 19.4.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1851/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Anastácio no período de 24.4 a 5.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1852/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral no período de 24.4 a 5.5.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1630/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi, que seriam usufruídos no período de 15.3 a 3.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002643-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1827/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5794/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados referente ao ano de 2023, de forma que:

**• onde consta:**

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
17 (19h01min) a 24.4.2023 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
24.4 (19h01min) a 2.5.2023 (11h59min)	Juliano Albuquerque

**• passe a constar:**

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
17 (19h01min) a 20.4.2023 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
20 (19h01min) a 28.4.2023 (11h59min)	Juliano Albuquerque
28.4 (19h01min) a 2.5.2023 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1841/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Brasilândia nos dias 18 e 19.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1840/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da comarca de Campo Grande no dia 17.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1839/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 371/2023-PGJ, de 27.1.2023, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 2 (dois) dias de compensação de plantão que seriam usufruídos nos dias 27 e 28.3.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1555/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, que seriam usufruídos no período de 3 a 12.4.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002728-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1843/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 1 (um) dia de compensação no dia 14.4.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 1º.8.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1842/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 24 a 28.4.2023, referentes aos feriados forenses de 20.12.2019 a 6.1.2020 e 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1558/2023-PGJ, DE 4.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de compensação de plantão à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, que seriam usufruídos no período de 13 a 22.3.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00002648-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1855/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13/2023 da Prefeitura de Nioaque, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 20.4.2023, em razão do feriado municipal no dia 19.4.2023, em comemoração ao “Dia do Índio”;

CONSIDERANDO a decisão exarada nos Autos nº 066.113.0006/2023 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autoriza a suspensão do expediente forense no foro judicial da comarca de Nioaque no dia 20.4.2023,

**R E S O L V E :**

Declarar ponto facultativo o dia 20.4.2023, quinta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Nioaque, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1861/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil, Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil, e Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar, do Quadro do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de recebimento definitivo da obra decorrente do Contrato nº 71/PGJ/2022 (PGA nº 09.2021.00005783-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1854/2023-PGJ, DE 17.4.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 40/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Anderson Pinheiro Mariano, Chefe do Setor de Transporte; 3.1) Suplente – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (PGA nº 09.2022.00010276-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1874/2023-PGJ, DE 18.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Alessandro Alcides Bogo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 49ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 3 a 12.7 e 16 a 25.10.2023, em razão de afastamento da servidora Denise Pereira de Lima, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1875/2023-PGJ, DE 18.4.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Fernanda Fabrini Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17 a 26.4.2023, em razão de afastamento da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

**Retificação nas deliberações proferidas pelo egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** em sua 6ª Sessão de Julgamento Virtual, iniciada em 27 de março de 2023, publicadas no DOMPMS nº 2.877, de 17.4.2023, conforme a seguir:

O item “**2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA**” passa a constar acrescido do subitem 9, com a seguinte redação:

**“9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000669-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Danielle Empreendimentos Promoções LTDA.

Assunto: Apuração da regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,82 hectares em área de reserva legal e área consolidada integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda "Rancho Eldorado", em Iguatemi/MS, em autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Laudo Técnico nº 68/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGUATEMI/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 14,82 HECTARES NA “FAZENDA RANCHO ELDORADO” (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00001417-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 5/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** No curso do procedimento, verifica-se que o termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado às fls. 133/141 está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001417-0 (fl. 143) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o *Parquet* instaurado o processo administrativo no SAJMP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento – homologação.”

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.***

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 48/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados da candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionada, uma vez que a candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 34/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.864, de 27.3.2023

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
JULIA DA SILVA ALAMAN	Campo Grande	Graduação

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 49/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que a candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 34/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.864, de 27.3.2023, manifestou a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
KIMBERLLY ANCELMO DUTRA DA SILVA	Cassilândia	Graduação

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 50/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA o candidato de graduação em Direito** aprovado no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.796, de 30 de novembro de 2023, **já convocado no AVISO Nº 99/2022 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 19/04/2023 e 26/04/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO CANDIDATO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

**1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PEDRO HENRIQUE COLOMBO FEITOSA (N)		3ª



## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

### AVISO Nº 51/2023-GED

#### XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 47/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.874, de 12.04.2023.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL
MARCELO IORIS KOCHÉ JUNIOR	Dourados	Pós-Graduação
JOAO VIOR MUNHOZ FAGUNDES	Dourados	Pós-Graduação

Campo Grande, 18 de Abril de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 - ELETRÔNICO

## PROCESSO Nº 09.2022.00008719-2

## UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a **Homologação** do resultado e a regularidade da licitação **Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico** (Processo nº 09.2022.00008719-2).

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis (adesivo selante, lona plástica, tinta etc.).

**Vencedoras/Preços Registrados:** **SOUZA ALVES & CIA LTDA.** para os itens **03** (R\$264,00), **04** (R\$199,00), **05** (R\$2,50), **06** (R\$10,56), **07** (R\$4,67), **08** (R\$6,93), **09** (R\$12,90), **12** (R\$35,00), **27** (R\$15,00), **29** (R\$34,42) e **31** (R\$45,00); **CLENEX COMERCIO E SERVICOS LTDA.** para os itens **10** (R\$18,13), **13** (R\$333,50), **14** (R\$333,50) e **15** (R\$126,15); **DILUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA.** para os itens **16** (R\$7,80), **17** (R\$7,50), **18** (R\$10,20), **19** (R\$3,00), **20** (R\$3,00), **24** (R\$18,10) e **25** (R\$10,50); **A DE N P OLIVEIRA** para o item **21** (R\$328,00); **ADRIANO HALAMA** para o item **26** (R\$847,44); e **MIX REPRESENTACOES E COMERCIO EM GERAL LTDA.** para o item **28** (R\$60,12).

Não foram registrados preços para os itens **1, 2, 11, 22, 23 e 30.**

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## AVISO Nº 047/2023-SGP

## XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DECADÊNCIA** do direito de ser empossada da candidata abaixo relacionada, aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 045/2023-SGP, publicado no DOMP nº 2.865, de 28 de março de 2023:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
PONTA PORÃ	ENSINO MÉDIO	RHADASSAH DA COSTA SILVA	9º

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



## AVISO Nº 048/2023-SGP

## XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2654, de 28 de abril de 2022, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão enviar e-mail, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, para [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) a fim de manifestar interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final da lista de aprovados.

O candidato que enviar a **manifestação de interesse** e *possuir as condições necessárias para fazer estágio*, deverá **enviar os documentos para o credenciamento, para o e-mail [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) até o dia 03 de maio de 2023**.

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) estão relacionados no Capítulo X do EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, de 2 de dezembro de 2021, publicado no DOMP nº 2570, de 3 de dezembro de 2021, e especificados ao final deste Aviso (Relação de documentos para credenciamento).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

## I – CONVOCAÇÃO

## 1. COMARCA DE ANGÉLICA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Angélica, situada na Rua Stefan Dudas, 565 - Imperial - Angélica - MS.  
ENSINO MÉDIO<sup>1</sup>

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
3º	JOÃO PEDRO BREGUEDO SOLOVIOV

## 2. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

## CIÊNCIAS ECONÔMICAS - NÍVEL GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	MATHEUS ASSIS DE OLIVEIRA

## SERVIÇO SOCIAL - NÍVEL GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	CRISTIANE FIGUEIREDO SPENGLER

## SISTEMA PARA INTERNET - NÍVEL GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	ANA REBECA COINETE GOMES

## 3. COMARCA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio, Dourados - MS.

## ADMINISTRAÇÃO - NÍVEL GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	ALEXANDRE DALLACOURT LAMPUGNANI

<sup>1</sup> Deixa-se de convocar a candidata aprovada em segundo lugar do Cadastro de Reserva de Ensino Médio da comarca de Angélica, **por já ter concluído o 3º ano do Ensino Médio**, não sendo possível admiti-la ao Estágio de Ensino Médio. Destaca-se que a impossibilidade de admissão à vaga de estágio de Ensino Médio, além de recair aos que já não cursam mais o Ensino Médio, também recair aos estudantes que se encontram no último semestre do 3º ano do Ensino Médio, tal como disposto no item 7.3.3. do EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, de 2 de dezembro de 2021, publicado no DOMP nº 2570, de 3 de dezembro de 2021:  
7.3.3. Não será admitido ao estágio o estudante de nível médio que estiver cursando o último semestre do 3º ano do ensino médio no momento da convocação, tendo em vista a necessidade de cumprimento de pelo menos 6 (seis) meses letivos de estágio, em conformidade com o disposto no art. 4º da Resolução nº 15/2010-PGJ.



#### 4. COMARCA DE PONTA PORÃ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, situada na Rua Baltazar Saldanha, 1613 - Da Saudade, Ponta Porã - MS.

##### ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10º	FELIPE EDUARDO PEREIRA

##### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Ficha de Cadastro;
- 6) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
- 8) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42, de 16.6.2009;
- 9) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
  - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total;
  - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
  - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 10) Diploma em curso de nível superior/graduação (documento específico para estagiários do nível de pós-graduação).

Cumprir observar que, diante de previsão expressa no EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, no Capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “4. O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção”.

O e-mail para o qual a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 096/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00001632-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;  
2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro Dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE001460, de 05.04.2023.

Vigência: 12.04.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 12 de abril de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE O MPMS E A COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE CAMPO GRANDE E REGIÃO – SICREDI CAMPO GRANDE MS**

Processo: 09.2022.00000621-0 - PGJ/10/0917/2021

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;  
2- **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DE CAMPO GRANDE E REGIÃO – SICREDI CAMPO GRANDE MS**, representada por **Odiva Soares da Silva**.

Amparo legal: Artigo 8º, § 2º do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003 e artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 22.04.2023 a 22.04.2025.

Data da assinatura: 18 de abril de 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 23; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 7 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 7.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **RM COMÉRCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA**, representada por **Renato Bambini**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
09	Acabamento de Válvula, fabricado em liga de cobre, Plásticos Engenharia, acabamento cromado polido, de alta resistência à corrosão. Marca DECA HYDRA MAX, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Dexco	Unidade	100	101,93
14	Assento Sanitário, fabricado em ABS, resina poliéster ou polipropileno, ferragens fabricadas em ligas de cobre, com fechamento suave, na cor branca, em atendimento a todas as normas da NBR-16729, com encaixe para a linha DECA RAVENA. Marca DECA RAVENA AP.165.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Dexco	Unidade	200	218,85

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 23; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 8 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 8.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **PAULO ELETRO LTDA**, representada por **Paulo Otavio de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
03	Torneira de bancada, com fechamento automático, com alavanca para acessibilidade, fabricado em liga de cobre, plástico de engenharia, bitola de ½ polegada, vazão de aproximadamente 6 segundos, acabamento cromado de alta resistência a corrosão, em atendimento a todas as normas da NBR-13713. Marca DECA 1173.C.CONF, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: DECA	Unidade	50	714,00
05	Papeleira Simples, para fixação em parede, fabricado em ligas de cobre, elastômeros, plástico de engenharia e zamac (ligas de zinco, alumínio, magnésio e cobre), acabamento cromado polido, embalagem com bucha e parafuso, altura e largura mínima de 140mm x 70mm. Marca: ÁGUIA	Unidade	300	45,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 13 de julho 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 24; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 8 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 8 E 9.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **HOME NUTRI COMÉRCIO DE ALIMENTOS E NUTRIÇÃO EIRELI**, representada por **Kaique Pietro da Silva Calux**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
08	Ducha Higiênica, para instalação em parede, com registro e derivação, com redutor de pressão, mecanismo de 1/4 de volta, fabricado em ligas de cobre, aço, plástico de engenharia, bitola de ½ polegada, em atendimento a todas as normas da NBR-14877. Marca: CIVITT	Unidade	150	67,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 24 E 25; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 9 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 9 E 10.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **JJB COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA**, representada por **Elisangela Lucia Possamai**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
17	Tinta piso, de alta durabilidade para ambientes de grande circulação, acabamento fosco, composto de resina acrílica, pigmentos ativos, coalescentes, outros ativos e água, viscosidade entre 90 – 105 KU, VOC entre 18 – 30g/L, diluição mínima 20%, secagem final máximo de 4 horas, rendimento mínimo de 160m², embalagem lata de 18 litros, na cor concreto, em conformidade a todas as normas da NBR-11702. Marca: FÊNIX	Unidade	300	210,00



18	Tinta acrílica, de alto rendimento, do tipo concentrada, baixo odor, composta de resina acrílica; pigmentos ativo; outros ativos e água, viscosidade entre 100 – 140KU, VOC entre 0 – 20g/L, tempo de secagem final máximo 4 horas, rendimento mínimo 160m <sup>2</sup> , embalagem lata de 18 litros, pigmentada na cor LEEDS MINIMO – IBRATIN, em atendimento a todas as normas da NBR-11702. Marca: FÊNIX	Unidade	500	210,00
19	Tinta acrílica, de alto rendimento, do tipo concentrada, baixo odor, composta de resina acrílica; pigmentos ativo; outros ativos e água, viscosidade entre 100 – 140KU, VOC entre 0 – 20g/L, tempo de secagem final máximo 4 horas, rendimento mínimo 160m <sup>2</sup> , embalagem lata de 18 litros, pigmentada na cor LEEDS CLARO – IBRATIN, em atendimento a todas as normas da NBR-11702. Marca: FÊNIX	Unidade	300	210,00
20	Tinta acrílica, de alto rendimento, do tipo concentrada, baixo odor, composta de resina acrílica; pigmentos ativo; outros ativos e água, viscosidade entre 100 – 140KU, VOC entre 0 – 20g/L, tempo de secagem final máximo 4 horas, rendimento mínimo 160m <sup>2</sup> , embalagem lata de 18 litros, pigmentada na cor LEEDS MÁXIMO – IBRATIN, em atendimento a todas as normas da NBR-11702. Marca: FÊNIX	Unidade	100	210,00
21	Tinta acrílica, de alto rendimento, do tipo concentrada, baixo odor, composta de resina acrílica; pigmentos ativo; outros ativos e água, viscosidade entre 100 – 140KU, VOC entre 0 – 20g/L, tempo de secagem final máximo 4 horas, rendimento mínimo 160m <sup>2</sup> , embalagem lata de 18 litros, pigmentada na cor LEEDS CHEIO – IBRATIN, em atendimento a todas as normas da NBR-11702. Marca: FÊNIX	Unidade	100	210,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 25; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 10 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 10.**

**Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **BRAGA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**, representada por **Luciana Aparecida dos Santos**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Tinta acrílica, de alto desempenho, do tipo anti-manchas, resistente a limpeza com água, sem cheiro, composta de resina acrílica; pigmentos ativos; surfactantes; outros aditivos e água, tempo de secagem final máximo de 6 horas, rendimento mínimo de 100m <sup>2</sup> , embalagem lata de 18 litros, na cor branco gelo, em conformidade a todas as normas da NBR-11702. Marca CORAL SUPER LAVÁVEL, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: CORAL	Unidade	500	594,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 26; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 10 E NO DOMP-MS Nº 2.821, DE 20 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 18.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **S.A. DE JESUS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, representada por **Sérgio Alves de Jesus**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
07	Saboneteira do tipo dispenser, para instalação em bancada, com acionamento hidromecânico, com entrada vertical, fabricado em liga de cobre, plástico engenharia, ZAMAC, bitola de ½ polegada, reservatório de 1000 ml, acabamento em cromado polido, de alta resistência à corrosão. MARCA: Certiva.	Unidade	100	444,49

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 26; NO DOMP-MS Nº 2.770, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 26 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 11 E 12.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2022.00001686-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **MOSKO LTDA**, representada por **Luís Cesar Mosko**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral (reposição), não gasosa, galão com 20 (vinte) litros, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0. Acondicionada em garrafão plástico transparente. Deverá apresentar na embalagem, expressamente, a composição química provável e as características físico-químicas da água e a data de validade. Marca: Por do Sol e Mineral Life	Unidade	12.600	11,98
2	Água Mineral, não-gasosa, garrafa descartável, mínimo 500 ml. Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0. Deverá apresentar na embalagem, expressamente, a composição química provável e as características físico-químicas da água e a data de validade. Pacote com 12 unidades. Marca: Por do Sol	Unidade	1.000	14,98

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 21; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINAS 5 E 6 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 13 E 14.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **FRONT COMERCIAL LTDA**, representada por **Cintia Regina do Nascimento Sestrem**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
01	Torneira de Fechamento Automático, instalação em bancada, bitola de ½ polegada, fabricado em liga de cobre, plástico engenharia e ZAMAC, temperatura máxima de 40°C, vazão de aproximadamente 6 segundos, acabamento em cromado polido de alta resistência à corrosão, em atendimento a todas as normas da NBR-13713. Marca DOCOL PRESSMATIC, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Docol 17160606	Unidade	200	162,92
06	Anel de vedação (7495) para vaso sanitário, do tipo reajustável, fabricado em elastômeros e plástico de engenharia, para aplicação em bacia de 100mm, garantia de 09 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Blukit	Unidade	200	6,96

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de julho 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 22; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 6 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 14.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **J. J. VITALLI**, representada por **Jaime José Vitalli**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
02	Torneira para jardim, com sistema de abertura rotativo, bitola de ½ polegada, temperatura máxima de 70°C, fabricado em ligas de cobre, elastômeros e plástico de engenharia, do tipo bica fixa, acabamento cromado polido de alta resistência à corrosão, em atendimento a todas as normas da NBR-10281. Marca: Alpha.	Unidade	300	31,85

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINA 22; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 7 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINA 15.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RAY TECH SOLUÇÕES EM ENERGIA ELÉTRICA LTDA**, representada por **Gizelly de Oliveira Barreto Smith**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
04	Engate de ligação, flexível, fabricado em malha de aço inoxidável, temperatura máxima de 70°C, pressão de 400kpa, bitola de ½ polegada, com 40cm de comprimento, em atendimento a todas as normas da NBR- 14878. Marca DECA 4607.C.040, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Fabrimar	Unidade	200	40,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de julho 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2022, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.709, DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁGINAS 27 E 28; NO DOMP-MS Nº 2.769, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, PÁGINA 4 E 5 E NO DOMP-MS Nº 2.820, DE 19 DE JANEIRO DE 2023, PÁGINAS 12 E 13.**

**Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.**

Processo nº 09.2021.00005911-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Leandro Levi Carnevali**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Bacia sanitária, do tipo convencional, com a saída vertical, fabricado em argila, feldspato, caulim, vidrados e corantes inorgânico, consumo aproximado de 6 litros por fluxo, altura do chão de 38,5cm, em atendimento a todas as normas da NBR-16727-1, na cor branca. Marca DECA RAVENA P.9.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Deca.	Unidade	60	339,00
11	Bacia sanitária, do tipo caixa acoplada, com a saída vertical, fabricado em argila, feldspato, caulim, vidrados e corantes inorgânico, consumo aproximado de 6 litros por fluxo, altura do chão de 39cm, em atendimento a todas as normas da NBR-16727-1, na cor branca. Marca DECA RAVENA P.909.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Deca.	Unidade	60	839,00
12	Bacia sanitária acessível, do tipo convencional, fabricado em argila, feldspato, caulim, vidrados e corantes inorgânico, consumo aproximado de 6 litros por fluxo, altura do chão de 44cm, em atendimento a todas as normas da NBR-16727-1, na cor branca. Marca DECA VOGUE PLUS CONFORTO P.510.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Deca.	Unidade	20	1.739,00
13	Assento Sanitário, fabricado em ABS, resina poliéster ou polipropileno, ferragens fabricadas em ligas de cobre, na cor branca, em atendimento a todas as normas da NBR-16729, com encaixe para a linha DECA VOGUE PLUS CONFORTO. Marca DECA VOGUE PLUS CONFORTO P.51.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Deca.	Unidade	100	1.295,00
15	Mictório compacto, com sifão integrado, fabricado em argila, feldspato, caulim, vidrados, medidas aproximadas de 550mmx375mmx350mm, na cor branca, acompanhado de kit de instalação, em atendimento a todas as normas da NBR-16731-1. Marca DECA M.713.17, conforme Manual de Padronização de Acabamentos do MPMS. Marca: Deca.	Unidade	20	1.339,00
22	Conjunto de tomada de energia montada, para área externa, com protetor, para encaixe 4x2, de embutir, padrão 2P+T 10A, em atendimento a todas as normas da ABNT NBR-14136. Marca PIAL AQUATIC, conforme padrão existente nos edifícios do MPMS. Marca: Pial.	Unidade	100	114,90



23	Conjunto de tomada de energia montada, para área externa, com protetor, para encaixe 4x2, de embutir, padrão 2P+T 20A, em atendimento a todas as normas da ABNT NBR-14136. Marca PIAL AQUATIC, conforme padrão existente nos edifícios do MPMS. Marca: Pial.	Unidade	100	165,00
24	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 25 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, em atendimento a todas as normas das NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca STECK, conforme padrão existente nos edifícios do MPMS. Marca: Stek.	Unidade	100	44,90
25	Disjuntor bipolar termomagnético, curva "C", 32 A, capacidade de proteção de curto circuito de 3 kA, tipo DIN, em atendimento a todas as normas das NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca STECK, conforme padrão existente nos edifícios do MP/MS. Marca: Stek.	Unidade	100	44,90
26	Módulo interruptor bipolar de 25A, marca Legrand, linha Zeffia. Marca PIAL LEGRAND ZEFFIA, conforme padrão existente nos edifícios do MPMS. Marca: Pial.	Unidade	500	39,00
27	Placa 4x4, para 2 postos separados (1+1 posto), acompanhado de suporte, marca Legrand Zeffia. Marca PIAL LEGRAND ZEFFIA, conforme padrão existente nos edifícios do MPMS. Marca: Pial.	Unidade	1.000	11,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 13 de julho 2022.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 37/2023.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00003501-0.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Kleber Sampaio. (Fazenda Tetéia)

Objeto: Fiscalizar cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2022.00000444-5, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Teteia, localizado na APA do Guariroba.

Campo Grande, 14 de Abril de 2.023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, fiscalizado nos autos do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00003501-0, em defesa do meio ambiente, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissário o Sr. Cleber Sampaio, proprietário da Fazenda Tetéia.

Objeto do TAC: a) não descumprir o Plano de Manejo da APA Guariroba; b) à título de indenização ambiental pela supressão irregular de 7,5 hectares de vegetação nativa, sem autorização ambiental, compromete-se doar o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba, parcelado em até 4 parcelas; c) apresentar crédito de reposição florestal de 502, 5m3, no prazo de 120 dias ou apresentar PRADA para a área de 7,5 hectares desmatada na Fazenda Tetéia.

Campo Grande, 14 de Abril de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO  
Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 38/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00004014-5.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Empresa Concessionária Águas Guariroba S.A.

Objeto: Acompanhar o monitoramento da estabilidade da Barragem Guariroba, considerando a vistoria que será realizada pelo IMASUL no ano de 2024, bem como o cumprimento das condicionantes da Licença Ambiental n. 03.172/2017.

Campo Grande, 17 de Abril de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO  
Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 39/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00001642-3.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Fiscalizar as obrigações pactuadas no acordo judicial firmado no cumprimento de sentença n. 0900016-86.2018.8.12.0001, em prol da conservação e manutenção dos canteiros centrais da Av. Afonso Pena, desde a Praça Newton Cavalcante até a Av. do Poeta.

Campo Grande, 17 de Abril de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO  
Promotora de Justiça.



## RECOMENDAÇÃO

*Ementa: Recomenda providências para a retificação do Edital n. 1/2023 do TJMS, para que conste expressamente a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência, com ulterior reabertura das inscrições.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 67ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; no artigo 132, inciso III, da Constituição Estadual; no artigo 26, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e artigo 27, IV, da Lei Complementar n. 072/94 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); artigo 3º da Resolução n. 164/2017, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e artigo 44 da Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 6 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 37, Inciso I, estabelece que os cargos, empregos e funções pública são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim, como aos estrangeiros, na forma da lei, e que o Inciso VIII, do referido artigo, dispõe que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no artigo 37, § 1º, estabelece a reserva de, no mínimo, o percentual de cinco por cento das vagas para pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO que foi publicado o Edital n. 1/2023, que torna pública a realização do 33º Concurso Público para ingresso na carreira da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul para o provimento de 15 (quinze) vagas e a formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto n. 6.949/09 – possui status de Emenda Constitucional e assegura o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, prevê que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação;

CONSIDERANDO que, apesar da vedação ao arredondamento superior, a Resolução n. 75 do Conselho Nacional de Justiça não se sobrepõe à Lei ou pode sobrepujar o princípio da reserva de lei;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 9.508, de 24 de setembro de 2018, reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da



administração pública federal direta e indireta, prevê em seu art. 1º, § 3º, que, na hipótese de o quantitativo de vagas para PcD resultar em número fracionado, este deverá ser aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, motivo pelo qual deverá ser utilizado analogamente ao caso em comento, a fim de viabilizar o exercício regular de direitos;

CONSIDERANDO que o edital mencionado não prevê vagas para pessoas com deficiência, em afronta à Constituição Federal, à Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao Estatuto da Pessoa Com Deficiência;

O Ministério Público Estadual RECOMENDA ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Presidente, Desembargador Sérgio Fernando Martins, a adoção das seguintes providências:

- 1) A retificação do Edital n. 1/2023 do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, para que passe a constar expressamente a existência de vaga(s) para Pessoa com Deficiência, em quantitativo mínimo;
- 2) Após a retificação, a reabertura das inscrições, a fim de garantir a equanimidade na concorrência;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado por escrito (através do e-mail 44promotoriadioidoso@mpms.mp.br), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, a fim de possibilitar a instrução dos autos em epígrafe e eventuais outras medidas que se fizerem necessárias;

Encaminhe-se ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com o zelo de praxe.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Comissão do 33º Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e ao Conselho Nacional de Justiça, para conhecimento.

Por derradeiro, remeta-se para publicação no DOMP e para disponibilização no sítio eletrônico deste Órgão.

Cumpra-se.

Campo Grande, 5 de abril de 2023.

CRISTIANE BARRETO NOGUEIRA  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### MUNDO NOVO

---

#### EDITAL N. 0002/2023/02PJ/MUV

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00012554-8

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo da Comarca de Mundo Novo, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo, 760 - Berneck - 79980-000 - Mundo Novo, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2022.00012554-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Mundo Novo

Assunto: fiscalização do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de IC 05/2014.

Mundo Novo, 17/04/2023

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR  
Promotor(a) de Justiça